

Desenvolvimento, Capitalismo, Contraurbanização e Novas Ruralidades:

ensaio sobre fatores que estimulam o fluxo da cidade em direção ao campo

Bruna Karpinski Santos,
mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)

Resumo: Este ensaio pretende abordar o desenvolvimento econômico, o capitalismo e o crescimento acelerado das metrópoles como fatores de estímulo ao fluxo da contraurbanização, fenômeno caracterizado pelo fluxo de indivíduos que optam pelo rural como espaço de vida e/ou trabalho. Para entender como ocorrem estas dinâmicas, foi feita uma breve aproximação teórica baseada em autores como Bresser-Pereira, Cordeiro, Dupas, Prebish, Ribeiro e Singer. A relação entre as temáticas foi possível por meio do uso de algumas referências bibliográficas voltadas ao desenvolvimento rural, entre elas Kageyma, Wanderley e Grammont, que abordam os conceitos de contraurbanização, renascimento rural e novas ruralidades, respectivamente.

Palavras-chave: capitalismo, contraurbanização, desenvolvimento, ruralidade.

Abstract: This essay intends to address the economic development, capitalism and the accelerated growth of the metropolises as factors to stimulate the flow of counter-urbanization, a phenomenon characterized by the flow of individuals who opt for the rural as a living space and / or work. To understand how these dynamics occur, a brief theoretical approach was made based on authors such as Bresser-Pereira, Cordeiro, Dupas, Prebish, Ribeiro and Singer. The relationship between the themes was possible through the use of some bibliographical references for rural development, among them Kageyma, Wanderley and Grammont, which deal with the concepts of counter-urbanization, rural renaissance and new ruralities, respectively.

Keywords: capitalism, counter-urbanization, development, rurality.

1 INTRODUÇÃO

A vida nos grandes centros urbanos passou por grandes transformações econômicas e sociais nas últimas décadas. Se há duas gerações as pessoas deixavam o campo em busca de melhores oportunidades nas grandes cidades, aos poucos este cenário está se modificando. Neste contexto, o desenvolvimento econômico, o capitalismo e o crescimento acelerado das metrópoles podem ser percebidos como estímulos à contraurbanização – fluxo de indivíduos que se dirige da cidade para o campo.

Enquanto muitas pessoas ainda abandonam o Interior à procura de um lugar ao sol nos grandes centros urbanos, outras começam a fazer o caminho inverso. É um processo que chama a atenção por ocorrer na contramão do ainda crescente êxodo rural. Sendo assim, surge o questionamento: quais são os fatores que estimulam a contraurbanização? No Brasil, não existem dados estatísticos que permitam mapear os motivos ou mensurar a intensidade deste fluxo e para onde ele se dirige. Mas é possível trabalhar com percepções.

Nesta perspectiva, este ensaio pretende fazer uma breve análise sobre algumas dinâmicas que podem ser tratadas como possíveis estímulos ao fluxo da cidade em direção à zona rural, entre elas o desenvolvimento econômico, a urbanização e o capitalismo. O objetivo é identificar algumas das motivações dos indivíduos que optam pelo rural como espaço de vida e/ou trabalho como estratégia para desacelerar e driblar a rotina conturbada nas áreas urbanas.

A primeira parte deste trabalho aborda os conceitos de desenvolvimento, progresso e globalização. Na segunda parte, o artigo busca fazer uma reflexão sobre a relação do capitalismo e da urbanização com o fluxo da cidade para a zona rural. Por fim, é apresentada uma breve fundamentação teórica que evidencia o fenômeno da contraurbanização e como ele ocorre, culminando em novas ruralidades e nos neorrurais que contribuem para um renascimento rural.

2 DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO E GLOBALIZAÇÃO

O crescimento acelerado das metrópoles somado ao desenvolvimento econômico a qualquer custo têm provocado mudanças na forma de pensar das pessoas, que cada vez mais têm refletido sobre o real significado de bem estar e qualidade de vida nas cidades. Para

Dupas (2007), “esse progresso”, discurso dominante entre as elites, tem como consequência exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, fatores estes que agridem e restringem direitos humanos essenciais. Outro fator que dá ainda mais força à sensação de caos nas grandes cidades é a globalização acelerada que, segundo o autor, estreita os espaços e não assume responsabilidades sociais e ambientais. Ao contrário, “acumula problemas, transforma-se em sintoma de sobrecarga”. (DUPAS, 2007, p. 78)

Neste contexto, na era da tecnologia da informação, uma constatação preocupante é também um agravante: estar conectado deixou de ser uma opção. “Os espaços públicos estão coalhados de pessoas zanzando com telefones celulares, falando sozinhas em voz alta, cegas às outras ao seu redor” (DUPAS, 2007, p. 87).

Diante deste cenário, algumas pessoas começam a fazer planos e traçar rotas de fuga que possibilitem desacelerar.

Não há um farol que indique o caminho a seguir. Abrir uma clareira significa ser capaz de cultivar formas de conduta e pensamento originais e não padronizados pelo pensamento único globalizante. Isso significa menos rapidez, o resgate do capricho, o cultivo do sentido de local, a capacidade para desconectar-se e não estar disponível. (DUPAS, 2007, p. 79)

Para Bresser-Pereira, progresso ou desenvolvimento humano é alcançar “objetivos políticos de segurança, liberdade, avanço material, redução da injustiça social e proteção do meio ambiente” (ibid, 2014, p. 36). Ao mesmo tempo, o autor também aborda o conceito de progresso como uma ideologia que legitima a exploração que caracteriza o capitalismo. O resultado prometido é a “elevação contínua dos padrões de conforto e a incorporação das massas à cultura da abundância.” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 44)

Entretanto, não é exatamente o que ocorre. Na medida em que o desenvolvimento econômico avança, as vantagens em relação às melhorias nos padrões de vida são reduzidas. Bresser-Pereira lembra que o progresso, muitas vezes, penaliza os mais pobres, além de considerar que o desenvolvimento econômico implica no aumento da desigualdade. Tal constatação acaba sendo um contrassenso, já que o próprio autor aponta que “a diminuição das desigualdades é uma condição do progresso” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 51).

Há mais de 60 anos, Prebish pontuou que existe a necessidade de uma enorme acumulação de capital. Segundo o autor, “do ponto de vista do desenvolvimento econômico a

elevação máxima do padrão de vida depende da produtividade” (ibid, 1949, p.135). Ou seja, ele aponta que, em última instância, a elevação do padrão de vida das massas depende “de uma expressiva quantidade de capital por trabalhador empregado na indústria, nos transportes e na produção primária, e da capacidade de bem administrá-lo” (PREBISH, 1949, p. 76). Ao mesmo tempo, pontua que é nos bens de consumo duráveis que o progresso técnico oferece, permanentemente, novos produtos.

2.1 O capitalismo, a urbanização e a ruralidade

É neste contexto que entra o capitalismo. Conforme aponta Dupas, a “inovação”, essência da lógica capitalista, constantemente torna obsoletos os produtos existentes, prática que atribui um grande valor às novas mercadorias, já que a posse destas é considerada a realização de um desejo. Ou seja, o capitalismo provoca uma ilusão de que o consumo sem limites conduz ao bem-estar e é sinônimo de desenvolvimento. Uma das consequências disto é o consumismo, comportamento recorrente em um sistema caracterizado pela preocupação com o acúmulo de capital e aquisição de bens materiais.

Somado a isto, é necessário considerar também as consequências do rápido crescimento da população e a super-urbanização, conceito abordado por Paul Singer. Segundo o autor, “o crescimento acelerado das metrópoles em países não desenvolvidos acentuou e tornou mais perceptível uma série de desequilíbrios” (SINGER, 2012, p. 117). Como problemática urbana, ele cita a escassez de habitações, a saturação das vias de tráfego, a insuficiência dos serviços básicos como abastecimento de água encanada e esgoto, a falta de vagas nas escolas, além do aumento do desemprego, da delinquência, da incidência de moléstias mentais e da poluição do meio ambiente.

É neste sentido que a urbanização e o capitalismo surgem como fatores de estímulo a um processo que consiste na migração da cidade para a zona rural. Se no passado a falta de estrutura no campo ocasionou o êxodo rural, fenômeno verificado até os dias de hoje, atualmente há evidências que apontam para um movimento de retorno às origens. A este fluxo de abandono da moradia e do trabalho na cidade e “repovoamento do campo”, Kageyama dá o nome de contraurbanização. De acordo com a autora, este fenômeno favorece o “nascimento de uma nova ruralidade”.

Nesse novo contexto o rural não é mais identificado com o atraso, mas, ao contrário, suas características passam a ser valorizadas como qualidades para residência, repouso e redescoberta de valores naturais. (KAGEYAMA, 2008, p. 23)

Se antes a vida na cidade era mais atraente e oferecia mais benefícios, ao poucos esta percepção se inverteu. Esta evolução do conceito de rural possibilita a percepção do campo como um ambiente propício para novas atitudes sociais. Segundo Kageyama (2008, p. 27), estes “novos residentes rurais” são “pessoas de classe média em busca de um lugar para morar no campo embora seus vínculos econômicos estejam nas cidades”.

Até então, era consenso que os trabalhadores assalariados urbanos tinham um padrão de vida mais alto que o das massas rurais, que nas últimas décadas deixaram a atividade de subsistência no campo para ser mão de obra da economia capitalista industrial nas grandes cidades. Contudo, na atualidade, “parece não haver dúvida que às vantagens efetivas da aglomeração correspondem também desvantagens, que foram sobremaneira agravadas pela ausência de um adequado planejamento a longo prazo” (SINGER, 2012, p. 125). O autor cita como exemplo o uso irrestrito do automóvel, que criou um volume excessivo de tráfego e dificultou o transporte coletivo.

(...) as únicas maneiras de se reduzir os desníveis entre demanda e oferta de serviços urbanos seriam ou deter a expansão da economia urbana ou planeja-la a longo prazo. Tudo leva a crer que nem uma nem a outra são compatíveis com o modo de produção capitalista, tal e qual ele se apresenta no Brasil atualmente. (SINGER, 2012, p. 127)

Neste sentido é que surge o seguinte questionamento: “há possibilidades de nossas grandes metrópoles tornarem-se competitivas e ao mesmo tempo socialmente justas e ambientalmente sustentáveis?” (RIBEIRO, 2004, p. 22)

Mas enquanto isto não ocorre, pode-se dizer que o que cresce é a tendência da contraurbanização. Apesar de ainda ser incipiente, a percepção é que este fluxo pode ser formado por pessoas que buscam no campo uma alternativa de vida. Contudo, não há estudos que mostrem o que exatamente procuram estes indivíduos: se apenas um lugar para morar, com mais qualidade de vida e valorização da natureza, conforme cita Kageyama; ou se um espaço que combine residência, trabalho e geração de renda.

De um modo geral, é possível identificar a busca por ideais e valores que possam contribuir com mudanças reais.

Felicidade é um estado de espírito; é a satisfação consigo próprio que vem e vai durante toda a nossa vida. Os pesquisadores têm tentado medir a felicidade, mas se é difícil medir o crescimento econômico, e mais difícil ainda medir o progresso, o que dizer da felicidade? Uma constatação que emerge dessas pesquisas é que as pessoas pobres tendem a ser menos felizes ou mais infelizes, mas, assim que suas necessidades básicas são satisfeitas, a felicidade deixa de ter qualquer relação com o desenvolvimento econômico. Isso faz sentido. Assim como a realização pessoal, a felicidade é uma conquista individual que exige a satisfação de certas condições materiais básicas, mas não riqueza. Essa descoberta dá sustentação à condenação moral do consumismo, mas, dada a grande dificuldade de distribuir renda por igual, muito mais desenvolvimento econômico será necessário para permitir que todas as pessoas atinjam uma condição de vida minimamente razoável, e mais progresso moral será necessário para que homens e mulheres mudem seus valores e descubram outras formas de realização pessoal do que se tornarem ricos e poderosos. (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 58 e 59)

É esta perspectiva que move os migram da cidade para o campo. A partir da década de 1980, conforme pontua Cordeiro, o debate sobre desenvolvimento no Brasil passou a abordar questões como desenvolvimento local, da economia popular e solidária, da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Emergiu aí um novo conceito. “O desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana”. (FURTADO apud CORDEIRO, 2014, p. 231). É o desenvolvimento que transcende a ideia de crescimento econômico.

Os movimentos sociais contribuíram para a ampliação conceitual do significado de desenvolvimento. Em decorrência de um crescente debate internacional sobre o impacto das revoluções industriais no meio ambiente, além de forte discussão sobre desenvolvimento sustentável e economia verde, o modelo de desenvolvimento em curso passou a ser questionado.

Segundo recorda Cordeiro (2014), o nascimento de movimento ambientalista na sociedade civil brasileira também contribuiu. Entretanto, o autor reconhece: “muito ainda falta a ser feito para consolidar os projetos de desenvolvimento sustentável na prática das políticas de desenvolvimento em disputa no Brasil e no mundo” (CORDEIRO, 2014, p. 241).

A possibilidade de vivenciar experiências de desenvolvimento local sustentável que satisfaçam o desejo de contribuir para a mudança deste cenário é o que norteia a decisão de

trocar a cidade pelo campo. O grupo pode ser formado por indivíduos aposentados ou por jovens que cansaram da rotina conturbada e consumista do meio urbano. Tal fenômeno poderá contribuir para a valorização do mundo rural.

Em seu livro *O Mundo Rural como um Espaço de Vida*, Wanderley fala sobre a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. Na introdução do capítulo com este título, a autora pontua que “a dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, está centrada, fundamentalmente, na importância que nelas assumem os processos de industrialização e urbanização” (*ibid*, 2009, p. 204).

Wanderley ressalta que estes processos podem ter contribuído para o desaparecimento das sociedades rurais/camponesas, fazendo que a agricultura se tornasse um campo de aplicação do capital, como qualquer outro setor passível de investimento. Neste cenário, o camponês acabou se tornando um agricultor e a atividade deixou de ser um modo de vida para tornar-se uma profissão específica.

Entretanto, a autora elabora um segundo olhar sobre tais fatos. Sob outra perspectiva, avalia que as transformações resultantes da urbanização, da industrialização e da modernização da agricultura não ocasionaram o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. Para Wanderley, o que ocorreu foi uma redefinição. Sendo assim, apesar da modernidade, o agricultor, especialmente o familiar, mantém laços sociais e simbólicos profundos com a tradição dita camponesa de seus antepassados. Tal concepção é a que norteia a referida obra da autora.

Segundo Wanderley, pode-se verificar “uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat” (*ibid*, 2009, p. 204).

2.2 Um “renascimento rural”

A autora fala sobre o desaparecimento da dicotomia cidade-campo, contexto em que as relações do meio rural com o urbano deixarão de ser antagônicas e passarão a ser vistas como complementares. A estudiosa defende, ainda, que ocorrerá um “profundo processo de diversificação social” do meio rural.

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais. (WANDERLEY, 2009, p. 212)

Neste cenário, o campo poderá registrar crescimento da população não agrícola. Em contrapartida, poderá haver cada vez menos agricultores. Ou seja, a diversificação da economia do espaço rural será acompanhada de uma diversidade social, caracterizada pela convivência de categorias distintas. De acordo com Wanderley, tal processo poderá ser reforçado pela “crise do modo de vida urbano”, revertendo uma “tendência histórica de esvaziamento econômico e social do meio rural”, uma espécie de “renascimento rural”.

Questionado por uns, que o viam apenas como a expansão dos espaços suburbanos e, portanto, da própria cidade, ou um fenômeno passageiro de caráter conjuntural, o renascimento rural se confirma nos países desenvolvidos, não apenas nas áreas rurais maiores, mas também nos pequenos municípios e, não apenas nas áreas rurais sob a influência direta das cidades próximas, mas também naquelas mais distantes e relativamente isoladas. Por outro lado, a vida no meio rural atrai hoje tanto pessoas idosas, aposentadas, quanto jovens em plena atividade produtiva. (WANDERLEY, 2009, p. 214)

Um cenário como este é capaz de atrair a juventude interessada em alternativas profissionais locais que contribuam para o desenvolvimento de iniciativas de cadeia curta e economia popular e solidária, por exemplo. O grupo é formado por indivíduos que buscam a valorização da natureza e que consideram as áreas rurais mais saudáveis e tranquilas para viver. Ao mesmo tempo, o espaço rural também atrai aposentados que buscam um reencontro com as suas origens após um longo período de trabalho na cidade.

Segundo Wanderley, esta mistura eventualmente gera tensões entre habitantes antigos e os novos. É estabelecido um confronto sobre a ruralidade de distintos grupos sociais, especialmente no que diz respeito a questões como: agricultura x outras atividades, eficiência econômica x preservação ambiental, espaço produtivo x espaço de lazer.

Nos diversos campos de confronto, existe a associação do meio rural a uma melhor qualidade de vida. Desta discussão emerge a ideia de que “os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos

habitantes do campo, para se tornarem um ‘patrimônio’ da sociedade, acessível a todos” (WANDERLEY, 2009, p. 216).

O crescimento demográfico das zonas rurais e a diversificação das atividades agropecuárias são alguns dos reflexos positivos do renascimento rural, fenômeno verificado primeiramente na Europa nas décadas de 1980 e 1990.

2.3. Europa e América Latina

Embora o conceito de nova ruralidade seja impreciso, conforme frisa Grammont, ele ajuda a pensar as relações sociais que se estabelecem entre o campo e a cidade. Nova ruralidade pode ser considerada a chegada de novos atores ou movimentos sociais, fluxo este que passa a ideia de uma identidade fragmentada, não definida pela estrutura econômica, mas sim por ideologias – preferências sexuais, religiosas, políticas, étnicas.

Entretanto, o conceito de nova ruralidade também é visto sob uma perspectiva que considera o desenvolvimento de novas atividades econômicas no campo, a conservação do meio ambiente e a criação de novos estilos de vida. Isto ocorre por meio da busca de maior convivência com a natureza e de uma rotina mais saudável, com menos estresse e melhores condições de vida, relação esta que vai além da produção de alimentos.

Na Europa, o conceito de nova ruralidade emerge por meio de organismos internacionais como ONU, FAO e Unesco, em um momento em que é preciso modernizar não só a agricultura, mas também o nível de vida no campo para equiparar-lo ao da cidade. Na década de 1980, segundo Grammont, uma nova reflexão levou a União Europeia a pensar sobre o papel do campo para a cidade e reconhecer que a ruralidade engloba aspectos econômicos e sociais, além de compreender um conjunto de atividades muito diversas: agricultura, artesanato, pequena e média indústria, comércio e serviços.

Neste contexto, abandona-se a dicotomia entre o campo e a cidade, e também a ideia de que o rural deveria ser um lugar exclusivo do setor primário, apenas com camponeses. A noção de multifuncionalidade do campo abre novas perspectivas de desenvolvimento.

Com a globalização, se iniciou uma profunda ruptura com o período do desenvolvimento do capitalismo anterior. A modernidade, o desenvolvimento rural

e a "ruralidade", prometidos há quase meio século pelas elites, não davam mais. Diante desse fracasso, uma nova relação campo-cidade começou a se estabelecer com um dilema para resolver: por um lado, a exacerbação de um modelo de desenvolvimento predatório e excludente, que hoje está sendo imposto, e por outro, um modelo sustentável com o meio ambiente e equitativo com o homem. (GRAMMONT, 2010, p. 8, tradução nossa)

Na América Latina, ressalta o autor, a situação econômica, social e política é bastante distinta. Se na Europa estão as economias regionais mais pujantes do mundo, aqui os países que aspiram ser emergentes – Brasil, Chile, Argentina, Venezuela e México – têm desigualdades sociais cada vez mais dramáticas. Neste contexto, Gramont apresenta um estudo de caso sobre a evolução da relação campo-cidade que refere-se ao México, onde em 1921 a população rural representava 68% do total e, em 2010, representava 25%.

Com o processo de desagrarização da população rural e desconstrução do campesinato, o crescimento da população rural se deve, em grande medida, à redução da migração definitiva para a cidade. Em contrapartida, verificou o autor, implicou também no crescimento dos lares não-campesinos. Isto porque a concentração da produção e a consequente crise da agricultura resultaram na diminuição dos lares campesinos, cenário que remete ao conceito de pluriatividade.

2.4 Os neorrurais

Este movimento no sentido inverso, da cidade para o campo, é chamado pelos franceses de neorruralismo. O objetivo pode ser retornar às origens, ter a possibilidade de produzir alimentos saudáveis, fugir da violência ou buscar de qualidade de vida. Nesta perspectiva, também emerge a valorização da natureza e a busca por bem-estar físico e mental, condição não encontrada em áreas urbanas. A combinação de vários destes fatores ocorre em meio a este processo de “revalorização do rural”, segundo definiu Kageyama.

Considerando estes valores e seguindo uma tendência de descentralização e desenvolvimento local, profissionais das mais diversas áreas de atuação têm voltado seu olhar para as zonas rurais como fonte de bem-estar e alternativa de renda. “As pessoas têm procurado lugares não muito distantes dos meios urbanos para recriar projetos de vida”, disse

o agrônomo Paulo Eduardo Moruzzi Marques, doutor em Sociologia Rural, em entrevista à imprensa. (ZERO HORA, 2016)

Em artigo que conta a história de pessoas que migram de Londres para os arredores, o jornal *The Guardian* (2015) abordou a sensação de não-pertencimento àquele lugar: “O impulso de escapar é primitivo. Está no apetite por oxigênio, o sonho de crianças tendo uma infância livre e o desejo de ver o horizonte por períodos prolongados”.

Sentimento semelhante acomete indivíduos que residem e trabalham em capitais brasileiras, onde o fenômeno não é recente, porém ainda é pouco estudado. Nos anos 2000, o jornal estadunidense *The New York Times* noticiou que o desemprego nos grandes centros urbanos brasileiros, os investimentos industriais em cidades do Interior e o crescimento da agricultura estavam provocando o êxodo urbano, invertendo os fluxos migratórios. Tal fato repercutiu e teve visibilidade local por meio de notícia publicada pela Folha Online.

Neste contexto, é pertinente a observação de Silva (2009):

Muitos estudos foram feitos sobre as carências que provocam a migração da área rural para os centros urbanos e sobre o fascínio que a cidade exerce ao responder às grandes necessidades humanas como trabalho, educação, saúde, cultura, lazer etc. Porém, pouco se interroga sobre o encantamento que o universo rural exerce sobre as populações urbanas, principalmente nos habitantes das grandes metrópoles. (SILVA, 2009, p. 1 e 2)

No trabalho “O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo”, sobre o perfil de uma parte dos assinantes da revista *Globo Rural*, a autora avalia que o movimento tem como foco principal “transformar o descontentamento com o presente em cenários esperançosos de futuro”. Segundo Silva, o leitor que sonha com a casa no campo está dizendo “eu não quero a violência”, “eu não quero engarrafamentos de trânsito” e “eu não quero nem o ar nem o rio poluídos”.

Dispostos a empreender e a abrir mão de hábitos, assim como de benefícios e confortos proporcionados pela vida na cidade, indivíduos cujo perfil ainda é, de certa forma, desconhecido vislumbram no campo uma possibilidade de desenvolver novos projetos de vida. Tais iniciativas incluem aspirações ambientais, sociais e econômicas.

Doutor em Sociologia, Sergio Schneider disse, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, que este fluxo poderá contribuir para a revitalização do meio rural. “A presença de jovens inovadores, criativos e interessados faz com que o campo deixe de ser visto como um lugar

depreciativo, atrasado e indesejado”, avalia o pesquisador, recordando que o Interior sempre foi visto como um lugar de precariedade. (ZERO HORA, 2016)

Entre os fatores que motivam esta mudança de rumo também pode estar o resgate vivências e memórias de uma infância calcada na simplicidade do Interior. Nestes casos, o movimento de “retorno” teria o intuito de resgatar raízes familiares ligadas à vida no campo, onde, em geral, pais e/ou avós são fontes de inspiração.

Atentos às oportunidades que podem surgir desta relação de interdependência entre áreas rurais e urbanas (LYNCH, 2005), tais indivíduos buscam resgatar sua identidade. Com algum conhecimento familiar em manejo agrícola, dispõe-se a aperfeiçoar conhecimentos e até recomeçar a vida profissional para reconectar-se com a sua essência.

Tais mudanças são tão profundas que apontam para a necessidade de repensar conceitos e refletir sobre qual é, afinal, a atual composição social da população rural.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, o desenvolvimento econômico e a crescente urbanização, de fato, são questões capazes de provocar reflexões e, em alguns casos, um profundo desejo de mudança no modo de viver dos indivíduos. Da mesma forma, o sistema capitalista e o consumismo também geram questionamentos inquietantes sobre o “estado das coisas”.

Tais constatações motivam pessoas a buscarem caminhos alternativos que permitam pensar o desenvolvimento para além da ideia de crescimento econômico. São iniciativas pontuais, que podem integrar um processo de busca genuína por simplicidade. Entretanto, é um movimento importante contra o discurso hegemônico.

Nesta perspectiva, a contraurbanização pode ser considerada como um dos possíveis caminhos para questionar o modelo em curso na tentativa de consolidar alternativas ao desenvolvimento. Apesar de ainda incipiente, este fluxo pode ser considerado positivo, já que poderá contribuir com o desenvolvimento rural e até mesmo com a revitalização do campo.

Além da revalorização do rural como espaço de vida onde é possível encontrar válvulas de escape da cidade, a emergência de novos habitantes do campo pode contribuir em

outros aspectos. Pode-se pensar em ações, ainda que pontuais, que se traduzem em tentativas para corrigir a dívida histórica da sociedade em geral com os mais vulneráveis do campo.

Engajados a causas que vão muito além do lucro, estes novos habitantes rurais prezam por valores sociais e ações que possam contribuir para mudanças reais. Além de movimentar a economia local, a presença de jovens criativos e inovadores viabiliza a injeção de novas ideias, colaborando para a diversificação social e econômica do campo.

O conceito de nova ruralidade poderá ajudar na percepção desta realidade. Emerge a necessidade de entender um novo contexto que se desenha a passos lentos, porém promissores. A presença de indivíduos que até então tinham outras formas de vida e trazem consigo iniciativas e maneiras de pensar que transcendem o mercado agrícola pode gerar uma esfera de diálogo, interação e troca de saberes entre comunidades que agrega em mais autonomia local. Todas estas dinâmicas contribuem ainda para desenvolvimento regional.

Como escreveu Bresser-Pereira (2014), pode ser que a felicidade não seja um valor que tem relação somente com o desenvolvimento econômico. Entretanto, enquanto o atual modelo de desenvolvimento não beneficia a todos com igual distribuição de renda e condição de vida razoável, talvez o caminho seja a mudança de valores e a descoberta de outras formas de realização pessoal que não a meta de se tornar rico e poderoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova, n. 33, p. 33-60, 2014.

CORDEIRO, Rui M. **Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo**. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 02, p. 230-248, 2014.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. Novos Estudos, n. 77, p. 73-89, 2007.

FOLHA ONLINE. **Desemprego provoca êxodo urbano no Brasil, diz NY Times**. São Paulo, 23/09/2004. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89244.shtml>> Acesso em: 23/09/2017

GRAMMONT, Hubert C. **¿Nueva ruralidad o nueva sociologia rural?** Memórias do VIII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 15 a 19 de novembro de 2010.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LYNCH, K. **Rural-Urban Interaction in the Developing World: Routledge, Perspectives on Development**. Capítulo 1, Understanding the rural–urban interface. 2005. p.4-34

PREBISH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia, 1949.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. **A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. In: _____ (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 17-40.

SILVA, G. **O Imaginário Rural do Leitor Urbano: O Sonho Mítico da Casa no Campo**. Artigo publicado na revista Brazilian Journalism Research (BJR). Periódico científico quadrimestral da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Junho 2009. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/200/199>> Acesso em 24/09/2017.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo; Contexto, 2012.

THE GUARDIAN. **Goodbye London: why people are leaving the capital**. Reino Unido, 29/06/2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2015/jun/29/goodbye-london-moving-to-brighton-house-prices>> Acesso em: 23/09/2017

ZERO HORA. **Neorurais no RS: jovens têm optado por trabalhar e morar no campo.** Caderno Campo e Lavoura. Porto Alegre, 24/12/2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2016/12/neorurais-no-rs-jovens-tem-optado-por-trabalhar-e-morar-no-campo-8875985.html>> Acesso em: 17/9/2017

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida – Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.